

REGISTRO

# XVIII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

# CPIC

DISCUTE ESTÁGIO ATUAL DE ADOÇÃO DAS

# NORMAS

# INTERNACIONAIS

# DE CONTABILIDADE

O XVIII Seminário Internacional CPC ocorreu nos dias 01 e 02 de setembro de 2021. Realizado em plataforma digital fechada, o evento discutiu o estágio atual de adoção das normas internacionais de Contabilidade e contou com público recorde de 700 participantes de todos os Estados brasileiros e Distrito Federal. **Haroldo Reginaldo Levy Neto**, Coordenador Geral do XVIII Seminário Internacional CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), abriu o evento agradecendo participantes, patrocinadores e apoiadores.

por **RODNEY VERGILI**

**Zulmir Ivânio Breda**, presidente do CFC (Conselho Federal de Contabilidade), realizou a palestra de abertura do XVIII Seminário Internacional CPC, em 01 de setembro de 2021, destacando os 16 anos de criação do CPC ([www.cpc.org.br/CPC](http://www.cpc.org.br/CPC)) e o trabalho desenvolvido na convergência da contabilidade brasileira ao padrão internacional IFRS (*International Financial Reporting Standards*). Declarou que a Governança do CPC tem sido aprimorada e recentemente houve a criação de Comitê de Admissão com estrutura específica para seleção de novos membros. Ele citou, por exemplo, a análise de representantes de entidades de investidores no mercado de capitais.

### **MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

Zulmir Breda destacou que estão em processo de edição novas normas para micro e pequenas empresas que deverão ser aprovadas ainda neste ano. O projeto é revogar a ITG 1000 para emissão de duas normas distintas, uma específica para micro e outra voltada para pequenas empresas. Breda observa que 99% das companhias privadas no Brasil se enquadram no conceito de micro e pequena empresa.

Um Grupo de Trabalho foi constituído pelo CFC e coordenado pelo Professor Eliseu Martins, que está elaborando os documentos, que serão destinados, particularmente, para micro e pequenas empresas. “A diferenciação da contabilidade entre esses dois tipos de empresas se dará pelo valor de faturamento”, observou.

A expectativa é que essas novas normas para micro e pequenas empresas sejam aprovadas até o final de 2021, com vigência para 2023. De acordo com o presidente do CFC, será necessário dar um ano de prazo para o treinamento dos profissionais de contabilidade ao novo conjunto de regulamentos. Anunciou, também, composição de Grupo de Trabalho para a revisão da ITG 2002 (entidades sem finalidade de lucros) e da ITG 2003 (entidades desportivas) com minutas em audiência pública nos próximos meses.



**ZULMIR BREDA**

## REGISTRO

Zulmir Breda observou que outro destaque no campo normativo do CFC é a convergência das normas internacionais aplicadas ao setor público (IPSAS, na sigla em inglês *International Public Sector Accounting Standards*), realizada em parceria com a Secretaria do Tesouro Nacional. Há pendente a norma sobre arrendamento. A expectativa é que até o final de 2021, todas as IPSAS estarão emitidas; e, até 2024, implementadas nas três esferas de governo.

Breda agradeceu aos membros do GA (Grupo Assessor) das normas do setor público pelo trabalho que tem sido feito, e anunciou que as regras de Governança já acolhidas pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) serão também adotadas pelo GA.

O presidente do CFC destacou a iniciativa, em 2019, de se realizar o cadastramento CNAI-PJ (Cadastro Nacional de Auditores Independentes - Pessoas Jurídicas) para atender a uma demanda do mercado de auditoria. “Nós incentivamos as empresas de auditoria a se cadastrarem, de forma voluntária”, afirmou, explicando que o Cadastro (<https://cfc.org.br/registro/cnai-pj/>) possui regras que visam ao desenvolvimento do mercado.

### AUDITORIA NO SETOR PÚBLICO

Breda observou que, conforme orientação da INTOSAI (*International Organization of Supreme Audit Institutions*), a Resolução CFC 1.601/2020 determinou a adoção das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicáveis à Auditoria de Informação Contábil Histórica Aplicável ao Setor Público com vigência para 2024. O processo de implantação demandará consultorias e capacitações nos Tribunais de Contas. Breda ressaltou a parceria do CFC com a Atricon (Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil) e com o IRB (Instituto Rui Barbosa).

Recentemente, o CFC, em parceria com IRB e com o IBRACON (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil), realizou o Curso de Auditoria no Setor Público, disponível no canal do Conselho Federal de Contabilidade no YouTube.

### RELATO INTEGRADO CTG 09

Breda enfatizou que o tema sustentabilidade é um dos principais, atualmente, na agenda corporativa internacional e destacou a edição, em 26 de novembro de 2020, do CTG (Comunicado Técnico Geral) 09, que trata da correlação com a Estrutura Conceitual Básica do Relato Integrado.

“Este é primeiro normativo contábil editado no País com a finalidade de aperfeiçoar a prestação de contas e o reporte

das informações da base abrangente de capitais pelas empresas”, afirmou o presidente do CFC.

O tema envolve os critérios ESG (*Environmental, Social and Governance*) e está gerando expectativa, em especial, em função do processo de criação de um novo Conselho de emissão de padrões internacionais de sustentabilidade pela Fundação IFRS (*International Financial Reporting Standards*), no ISSB (*International Sustainability Standards Board*).

### PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA

O presidente do CFC reforçou a importância do cumprimento ao PEPC (Programa de Educação Profissional Continuada). Além dos profissionais que são obrigados a cumprir o PEPC, Breda citou que há contadores cientes da necessidade da atualização e, de forma voluntária, estão procurando realizar cursos e especializações. A pontuação mínima obrigatória do PEPC em 2021 é de 20 pontos.

Breda citou iniciativas para atualização profissional com a parceria do CFC com o Sebrae para a realização do Programa Contador Parceiro e o Circuito Técnico realizado pela Câmara Técnica do CFC.

### CONFERÊNCIA INTERAMERICANA

Zulmir Breda ao término de sua apresentação convidou os participantes do XVIII Seminário Internacional do CPC para se inscreverem na XXXIV Conferência Interamericana de Contabilidade, que será realizada de forma simultânea com a XVIII Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul, nos dias 19, 20 e 21 de outubro de 2021. Esses dois eventos serão híbridos – com disponibilidade para público on-line e presencial, em Porto Alegre (RS). Para saber mais, acesse o site <https://cic-ccrs.com/>.

### HOMENAGEM

Após a palestra de Zulmir Breda, ocorreu, na manhã de 01 de setembro de 2021, solenidade para homenagear Hans Hoogervorst, Chairman do IASB (*International Accounting Standards Board*) até junho de 2021. Haroldo Reginaldo Levy Neto, coordenador geral do XVIII Seminário Internacional CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), realizou a apresentação e chamou **Amaro Gomes**, que já atuou como Board Member do IASB e **Edison Arisa**, Coordenador Técnico do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e Presidente da FACPC (Fundação de Apoio ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis) para realizarem a homenagem a **Hans Hoogervorst** pelo trabalho desenvolvido em 10 anos de IASB pela melhoria das demonstrações contábeis e dos relatórios financeiros, além do aprimoramento dos mercados de capitais globais.



**HANS HOOGERVORST**



**EDUARDO FLORES e PATRICK MATOS**

Antes de tornar-se presidente do IASB, Hans ocupou diversos cargos públicos em seu país, a Holanda: teve três mandatos como membro da Câmara dos Representantes, um cargo equivalente ao dos nossos Deputados Federais; foi Secretário de Estado para Assuntos Sociais e Emprego; Ministro das Finanças e da Economia e Política Climática, exercendo os dois cargos simultaneamente durante alguns meses; e Ministro da Saúde, do Bem-Estar e dos Esportes, função que exerceu durante quatro anos. Também presidiu a Autoridade Holandesa para Mercados Financeiros (AFM) e foi Presidente e Vice-presidente da Organização Internacional de Valores Mobiliários (IOSCO), organizações que regulam os mercados mundiais de valores mobiliários e futuros.

“Hoogervorst teve papel relevante no relacionamento do Brasil com o IASB, junto com Amaro, auxiliando o CPC nas suas discussões e esse apoio foi consolidado com a inclusão do GLENIF (Grupo Latino-Americano de Emissores de Normas de Informação Financeira), dando oportunidade de expressar em primeira mão as manifestações dos países que compõem o Grupo nos assuntos relacionados aos projetos em desenvolvimento pelo IASB. Na sua fala, em português, Hans salientou a sua admiração pelo Brasil e pelos profissionais brasileiros, que têm atuado de forma relevante e eficiente em relação à implantação das normas internacionais de Contabilidade”, declara Haroldo Levy Neto.

### **COMBINAÇÕES DE NEGÓCIOS**

O primeiro painel do XVIII Seminário Internacional CPC teve como tema “Combinações de negócios com foco em combinações de Entidades sob Controle Comum e Revisão pós-implantação das IFRS 10, 11 e 12”. Patrick Oliveira

Matos, Diretor de Práticas Contábeis da Natura, moderou o painel. E contou com palestra de Eduardo Flores, Professor do Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA-USP (Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo), Membro do CPC representando a CNI (Confederação Nacional da Indústria) e Membro do IFRS Advisory Council da IFRS *Foundation*.

Eduardo Flores iniciou a palestra fazendo um balanço dos efeitos apurados após a implementação das IFRS 10, 11 e 12. A revisão terminada em maio de 2021 após a implementação das normas IFRS 10, 11 e 12 recebeu 83 cartas comentários, sendo basicamente de preparadores contábeis. Foi baixa a participação de representantes de usuários (analistas e investidores) com apenas três “cartas comentários”. Eduardo Flores observa que os resultados dos comentários recebidos mostram que “de uma forma geral, os conceitos de controle e classificação de negócios em conjunto estão funcionando adequadamente.

Os respondentes ressaltaram que o uso de julgamentos é recorrente na implementação dos conceitos. Alguns respondentes indicaram que os requerimentos de divulgações da norma IFRS 12 são significantes para incrementar a compreensibilidade do relatório financeiro”.

Os principais resultados em termos de cartas encaminhadas pelos reguladores apontam que “o uso de julgamentos torna a atividade regulatória mais desafiadora”. E sugerem a elaboração de documentações, manuais de políticas contábeis, indicando o racional seguido durante os julgamentos. Os reguladores indicaram que o *compliance* da divulgação

## REGISTRO

requerida pela norma IFRS 12 é um espaço que pode ser melhorado. Para tanto, Eduardo Flores sugeriu a revisão de notas explicativas, especialmente no sentido funcional.

Os reguladores apontaram, também, que é "desafiador determinar atividades relevantes na medida que se alteram ao longo do tempo". Uma das sugestões – apontada por Eduardo Flores – seria ampliar a divulgação acerca dos modelos de negócios das organizações; e as diretrizes do Relato Integrado poderiam ajudar nesse sentido, por exemplo.

Alguns reguladores mencionaram, também, que a definição de entidade de investimentos não é clara. "A sugestão é que ao se deparar com esse conceito na prática deveria se ampliar a base de consulta de materiais, que não só a norma contábil", observou Eduardo Flores. Outro questionamento foi referente a "Non-GAAP (*Generally Accepted Accounting Principles Measures*), ou seja, informações não reguladas, mas que são divulgadas. A sugestão de Eduardo Flores foi se fazer a reconciliação com as demonstrações financeiras.

As preocupações refletidas nos comentários dos usuários concentraram-se na solicitação de mais informações no caso da nor-

ma IFRS 10 (por exemplo, fluxo de caixa; potenciais restrições para acessar os ativos e liquidar os passivos do grupo). No caso da norma IFRS 11, a sugestão é aumentar a granularidade das informações do fluxo de caixa e divulgar informações de forma detalhada como, por exemplo, receitas, despesas e lucros.

O IASB está procurando melhorar a informação sobre combinações de negócios sob controle comum para cobrir uma lacuna normativa e buscar trazer informações relevantes e mais transparência, destaca Eduardo Flores. As primeiras discussões indicam que no caso de combinações que afetam acionistas não controladores de empresas públicas e privadas (em termos de combinação de negócios e combinação de negócios sob controle comum), o método de aquisição forneceria informações mais úteis do que a manutenção dos negócios adquiridos pelos seus valores de livros. No caso de combinações entre subsidiárias integrais (empresas privadas, incluindo antes de uma oferta pública inicial), um método a valor de livros seria preferível considerando-se o custo-benefício da informação contábil. Atualmente, informações semelhantes são fornecidas independentemente de como a combinação é estruturada, bem como da composição da estrutura de capital das organizações, observa Eduardo Flores.



**HAROLDO LEVY NETO, VANIA BORGERTH, MARTA PINHEIRO e ALEXEI DE BONA**



Há a busca de cobertura de uma lacuna normativa, pois não há norma IFRS/CPC que determine como reconhecer BCUCC (*Business Combinations under Common Control*). Um único método contábil não parece ser o ideal, pois o interesse de busca de informações pode ser diferente de acordo com o usuário, sobretudo os acionistas não controladores que não contam com outra base de informações confiáveis, além das demonstrações financeiras. A determinação do método buscará ter como base a estrutura de capital da empresa receptora, exceção baseada na escolha do não controlador em situações específicas, conclui Eduardo Flores.

### EESG

Em 01 de setembro de 2021, o segundo painel teve como tema “EESG - Evolução e reflexos na Contabilidade”. Vania Borgerth, Coordenadora da CBARI (Comissão Brasileira de Acompanhamento do Relato Integrado) e *Board Member* do IIRC (*International Integrated Reporting Council*), moderou o painel, destacou a importância do Seminário Internacional CPC para a educação continuada e o objetivo da contabilidade apresentar informações úteis e confiáveis para o mercado. “Os contadores podem ajudar a aumentar a transparência das empresas para abraçar as questões de sustentabilidade”, declarou Vania.

Marta Pinheiro, Diretora Executiva ESG e de Desenvolvimento de Negócios da XP Inc., afirmou em sua palestra que divulgar informações ASG (Ambiental, Social e Governança) agregam valor do ponto de vista dos investidores, em termos de avaliação de risco e de oportunidade. É crescente o debate sobre busca de transparência, propósito, diversidade, inclusão e sustentabilidade. “O assunto ganha relevância na análise de investimentos e a XP tem desenvolvido várias iniciativas para disseminar conhecimento na jornada sobre o tema”, destacou Marta.

Alexei De Bona, Gerente Executivo de Controladoria do Banco BV, buscou trazer a maior preocupação de grandes fundos de investimento com os aspectos ambientais, sociais e de governança e o impacto na contabilidade. A sustentabilidade é o novo padrão de investimento com nova precificação de ativos, envolvendo riscos climáticos e realocação de capital, dentro de uma avaliação EESG (*Economic, Environmental, Social and Governance*, em português, Econômico, Ambiental, Social e Governança).

Há movimentos de reguladores e autorreguladores para focar o tema, observa Alexei De Bona. Ele observa que há uma transformação cultural com agenda sustentável e digitalização das corporações. Existe comunicação mais aberta com



**JORGE GIL**

melhores práticas de Governança (“Pratique ou Explique”), busca de definição de padrão global de relatório de sustentabilidade, boas práticas de autorregulação com a criação de guias por entidades do mercado de capitais, índices da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) e envolvimento dos reguladores Banco Central e Comissão de Valores Mobiliários. “Há oportunidades com a economia de baixo carbono como a emissão de títulos de dívida com taxas mais baixas”, afirma Alexei De Bona. Ele observa que o Banco BV já adotou diversas iniciativas na área de sustentabilidade, entre elas, a emissão de títulos verdes com certificação internacional.

No encerramento do primeiro dia do evento, Jorge Gil, presidente do GLENIF/GLASS (*Grupo Latinoamericano de Emisores de Normas de Información Financiera / Group of Latin American Accounting Standard Setters*), observou que a ideia de criação do organismo há 10 anos surgiu de “um sonho de dirigentes da área contábil da América Latina” para realizar iniciativas conjuntas junto ao IASB (*International Accounting Standards Board*).

O GLENIF procura interagir com o IASB, respondendo a todas as consultas, sugerindo alterações, contribuindo para treinamento e divulgação de normas contábeis internacionais.

Jorge Gil declara que “a missão do GLENIF é gerar, de forma organizada, uma voz unificada da região perante o IASB”. Já foram criados 103 GTTs (Grupos de Trabalho Técnicos) nos 10 anos de atuação do GLENIF para responder a consultas do IASB e sugerir mudanças nas normas. Houve atuação, também, de Comissão permanente para estudar e opinar sobre decisões da agenda IFRIC (*International Financial Reporting Interpretations Committee*). Entre os desafios do GLENIF também estão: ampliar a cultura de participação na América Latina; interagir com outros grupos de interesse; detectar

## REGISTRO



**MARCELO BARBOSA**

realidades específicas; e trabalhar em projetos conjuntos com outros organismos. Estão sendo estudados novos projetos de comunicação, treinamento e plataforma educativa. Gil fez relato, também, da adoção das normas contábeis internacionais por pequenas e médias empresas em países da América Latina e Europa.

### **CVM**

**Marcelo Barbosa**, presidente da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), realizou palestra de abertura do segundo dia do XVIII Seminário Internacional CPC, em 02 de setembro de 2021.

Segundo Barbosa, existem diversos desafios que precisam ser enfrentados para que o mercado de capitais brasileiro não perca competitividade. A ausência de padrão internacional consolidado para avaliação dos fatores ASG (Ambiental, Social e Governança) cria risco para o investidor e para a sociedade da *greenwashing* ("lavagem verde"), ou seja, a prática de promover discursos, anúncios, propagandas e campanhas publicitárias com características ecologicamente sustentáveis, havendo a possibilidade de "não serem sérias ou verdadeiras". "Quando os produtos financeiros são apresentados como sustentáveis apenas formalmente para aumento do seu apelo comercial junto aos investidores", observou o presidente da autarquia.

A CVM tem acompanhado os movimentos internacionais em busca de padrão global de sustentabilidade.

A elaboração do Relato Integrado não é obrigatória no Brasil, porém para as companhias abertas, ao decidirem pela sua elaboração e divulgação, deverão se atentar para a Norma Brasileira de Contabilidade (CTG 09), de 26 de novembro de 2020, que trata sobre a Correlação à Estrutura Conceitual

Básica do Relato; e para a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (OCPC 9 – Relato Integrado). De acordo com a Resolução CVM nº 14/2020, se a companhia decidir elaborar e divulgar o Relato Integrado deverá observar os critérios da Orientação CPC 9 e ser objeto de asseguuração limitada por auditor independente registrado na CVM.

"A norma é de aplicação voluntária, e os dirigentes das companhias a partir da análise de custo/benefício de sua adoção vão tomar suas decisões", declarou Marcelo Barbosa.

A CVM tem buscado, também, ampliar a transparência nas operações de BDRs (*Brazilian Depositary Receipts*), que são certificados de depósito de valores mobiliários emitidos no Brasil, que representam valores mobiliários de emissão de companhias abertas com sede no exterior.

O presidente da CVM enfatizou, também, os esforços da autarquia de reduzir o custo de observância, informando que em recente audiência pública recebeu mais de 600 sugestões para reduzir a redundância de informações nos Formulários de Referência.

### **IASB**

Após o pronunciamento de Marcelo Barbosa, Presidente da CVM, ocorreu palestra de **Andreas Barckow**, chairman do IASB (*International Accounting Standards Board*).

O Prof. Dr. Andreas Barckow é o novo Chairman do IASB, desde julho de 2021. Barckow fez apresentação de deliberações em andamento e futuras e afirmou que o maior desafio de sua gestão será manter a relevância das normas contábeis internacionais em um mundo em rápida transformação. "É preciso ser mais proativo em relação às tendências do mercado, e não somente reativo", declarou.

"Quem imaginaria há cinco anos que as criptomoedas seriam tão relevantes? Ou informações sobre intangíveis? Precisamos sempre olhar novas tendências, afirmou.

Barckow disse que "Comunicação é a chave para explicar o que se está fazendo e buscar o entendimento". "Alguns acham que estamos agindo muito rápido, e outros não, mas qualidade leva tempo, precisamos garantir uma praticidade das nossas normas e queremos ser pragmáticos quanto a isso", concluiu.

### **DESTAQUES DO IASB**

**Rogério Mota**, Coordenador de Relações Internacionais do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), foi o moderador do painel "Destaque do IASB", que contou com palestra



**ANDREAS BARCKOW, ROGÉRIO MOTA e TADEU CENDÓN FERREIRA**

de Tadeu Cendón Ferreira, *Board Member* do IASB (Londres), em 02 de setembro de 2021, sobre os projetos relacionados a instrumentos financeiros com características de patrimônio; atividades com tarifas reguladas; e requisitos de divulgação nas normas IFRS (*International Financial Reporting Standards*). Tadeu Cendón discorreu sobre o projeto sobre Instrumentos Financeiros com características de Patrimônio, que ainda encontra diversidade de interpretações no mundo. “O objetivo do projeto é melhorar a qualidade, transparência e entendimento das informações que as empresas fornecem em suas demonstrações sobre os instrumentos financeiros que emitiram”, observou.

Cendón comentou, também, sobre o projeto de apresentação contábil dos Ativos e Passivos Regulatórios nas concessionárias de serviço público, com a provável volta ao modelo praticado no Brasil antes da adoção das normas IFRS, especialmente no setor elétrico, embora a proposta tenha potencial impacto sobre outros segmentos.

Cendón afirmou, ainda, que o documento pretende estabelecer uma nova abordagem para inclusão de Requisitos de Divulgações nas normas, de forma a se tornarem úteis para credores e investidores, além dos demais interessados. A abordagem usará, na primeira fase, as normas sobre benefícios a empregados e mensuração ao valor justo como projetos-pilotos.

### **RELAÇÕES COM INVESTIDORES**

Enquete realizada durante o XVIII Seminário Internacional CPC questionou sobre o objetivo de divulgações das de-

monstrações financeiras. Dos participantes, 58,70% responderam que as divulgações são para exercício de conformidade e comunicação com investidores; 23,89% principalmente um exercício de conformidade; 15,02% principalmente um meio de comunicação com investidores; e 2,39% nem conformidade, nem comunicação com investidores.

Tadeu Cendón observou que o resultado da enquete está dentro de sua expectativa. “Ficaria surpreso se a liderança nas respostas da pesquisa fosse que as demonstrações financeiras são principalmente um exercício de conformidade”, declarou. Segundo ele, os preparadores deveriam tentar fazer demonstrações financeiras úteis e informativas para o usuário, e não só cumprir checklist (lista de checagem) de normas.

Rogério Mota, Coordenador de Relações Internacionais do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), destacou que as áreas de RI (Relações com Investidores) deveriam ter uma maior interação com a área de Contabilidade. “O RI tem uma sensibilidade do que é demandado pelos investidores”, concluiu Rogério Mota.

### **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PRIMÁRIAS**

No quarto painel, o tema foi “Demonstrações Financeiras Primárias”. Guillermo Braunbeck, vice-coordenador técnico do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e diretor financeiro da FACPC (Fundação de Apoio ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis), observa ser “grande a diversidade no mundo da forma de apresentação das Demonstrações Financeiras Primárias, principalmente a do Resultado. O IASB está em processo de melhorar a padronização”.



## REGISTRO



**HAROLDO LEVY NETO, GUILLERMO BRAUNBECK, PAULO CEZAR ARAGÃO e OSVALDO FAVERO**

Como a proposição afetaria o Brasil por discrepâncias com o formato atualmente exigido pela Lei das S/A, houve apresentações de **Paulo Cezar Aragão**, Sócio do escritório BMA (Barbosa Müssnich Aragão) Advogados; e **Osvaldo Favero**, Gerente de Normas Contábeis da CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

Aragão enfatizou a importância de se procurar melhoria na comunicação de resultados para os usuários de demonstrações financeiras e evitar adoção de “normas cada vez mais complexas e menos úteis para comparações de resultados das empresas”.

Favero entende que o projeto tem como objetivo melhorar a forma como as informações são comunicadas nas demonstrações financeiras, dados os desafios de investidores e analistas em encontrar informações relevantes para tomar decisões. “O foco é a melhoria da informação disponibilizada”, concluiu.

### ENCERRAMENTO

**Alexsandro Broedel**, Trustee da IFRS (*International Financial Reporting Standards*) Foundation, realizou palestra de encerramento do XVIII Seminário Internacional CPC. Broedel fez um balanço das atividades da IFRS Foundation observando que há um foco das iniciativas na questão da sustentabilidade nas demonstrações financeiras.

“Foi realizada consulta internacional e constatou-se o problema de grande diversidade de normas no tema sustentabilidade, de forma que os resultados não são comparáveis e são pouco úteis para os investidores”, observou. Os investidores não conseguem comparar as empresas e isso não ajuda no processo de alocação de recursos, declarou.

A Fundação IFRS deu início ao desenvolvimento das atividades do ISSB (*International Sustainability Standards Board*), que terá o objetivo de emitir normas com foco no conteúdo de sustentabilidade. “É um mundo novo para a contabilidade internacional e a recepção está sendo bastante positiva, com apoio da IOSCO (*International Organization of Securities Commissions*) e G7 (Grupo dos sete países mais industrializados do mundo), entre outros”, declarou Broedel.

“É um período desafiador de desenho da arquitetura futura dos relatórios financeiros e é importante que todos participem”, concluiu Alexsandro Broedel.

**Edison Arisa**, Coordenador Técnico do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e Presidente da FACPC (Fundação de Apoio ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis), destacou ao final do evento o público recorde de 700 participantes, localizados em todo o país e “a relevância dos temas discutidos e o brilhantismo dos profissionais que os apresentaram, durante as duas manhãs do seminário”.

Arisa conduziu homenagem ao contador e auditor **Arthur Alexandre dos Santos Filho**, que faleceu em 22 de agosto de 2021, pela contribuição para a Contabilidade brasileira e para o Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis, como organização responsável, desde 2005, pelo processo de convergência das normas contábeis ao padrão internacional (IFRS), reconhece o valioso trabalho prestado por Arthur Santos, durante décadas, ao aprimoramento dos normativos que regulam e orientam a atividade contábil nacional.



**ALEXSANDRO BROEDEL e EDISON ARISA**

**ARTHUR SANTOS**

O CPC manifesta gratidão a Arthur Santos pela sua participação no GT (Grupo de Trabalho) IASB, por meio do qual realizou minuciosa tarefa de leitura, análise e conferência da tradução de documentos emitidos pelo CPC.

Além disso, como membro da ABRASCA (Associação Brasileira das Companhias Abertas), Arthur Santos participou de inúmeras audiências públicas disponibilizadas pelo CPC, elaborando os posicionamentos da associação das companhias abertas às minutas de pronunciamentos. Arthur Santos presidiu a CANC (Comissão de Auditoria e Normas Contábeis) da ABRASCA por 16 anos.

Edison Arisa observa que o legado de contribuições técnicas de Arthur Santos vai além do CPC, da ABRASCA e das empresas nas quais trabalhou. Arthur Santos participou da Comissão Consultiva sobre Normas Contábeis, criada pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários), em 1994, e teve influência na elaboração do anteprojeto que resultou na Lei nº 11.638/2007. Essa Comissão foi o embrião do que, mais tarde, veio a ser o Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Haroldo Reginaldo Levy Neto, Coordenador Geral do XVIII Seminário Internacional CPC, e Edison Arisa participaram da homenagem póstuma a Arthur Santos, encerrando o evento com agradecimento a patrocinadores, participantes e apoiadores.

### **CPC**

O CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) é formado por: ABRASCA (Associação Brasileira das Companhias Abertas); APIMEC BRASIL (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais); B3 (Bra-

sil, Bolsa, Balcão); CFC (Conselho Federal de Contabilidade); FIPECAFI (Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras); e IBRACON (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis foi criado com o objetivo de estudar, preparar e emitir pronunciamentos técnicos sobre procedimentos de contabilidade e divulgar informações para permitir a emissão de normas pelas entidades reguladoras brasileiras, objetivando centralizar e uniformizar o processo de produção, levando sempre em conta a convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais.

A coordenação do evento esteve a cargo de: **Edison Arisa; Eduardo Flores; Eliseu Martins; Guillermo Braunbeck; Haroldo Levy; Nelson Carvalho; e Verônica Souto Maior.**

**O XVIII Seminário Internacional CPC teve apoio institucional:** ABEL; ABRACICON; ABRACONEE; ABRAPP; ABVCAP; AMEC; ANBIMA; ANCEP; ANCORD; ANEFAC; CRA-SP; CRC-SP; FEA-RP/USP; FEA-SP/USP; FECONTESP; FGV - Instituto de Finanças; IBEF-SP; IBGC; IBRI; SESCON-SP; SINDCONT-SP; e SINDICONT-Rio. O evento contou com os patrocínios: Master (Ânima Educação; B3 – Brasil, Bolsa, Balcão; Deloitte; KPMG; PwC; e SMS Latinoamérica); Sênior (Cielo; EY; Grant Thornton; Klabin; e Power Financial); e Pleno (Assaí Atacadista; FBC – Fundação Brasileira de Contabilidade; Febraban; Luz Publicidade; Parker Russell; Cocurullo Contabilidade; e Wulaia Consultoria e Treinamento).

Para mais informações sobre o XVIII Seminário CPC: [www.eventos.facpc.org.br/home/XVIIIseminarioCPC](http://www.eventos.facpc.org.br/home/XVIIIseminarioCPC)